jus CAPITAL

POLÍTICA DE PRIVACIDADE PARA USUÁRIOS

Dezembro/2022

Seja bem-vindo(a) à Jus Capital!

1. INTRODUÇÃO

1.1. Obrigada por se conectar com a Jus Capital Gestão de Recursos Ltda., inscrita sob o CPNJ nº 21.744.796/0001-67 ("Jus Capital" ou, nesta Política, referida como "nosso/nossa", "nos" e "nós"). A presente política ("Política de Privacidade" ou "Política") foi elaborada com base na Lei nº 13.709/2018, conforme alterada ("Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais" ou "LGPD") e, por meio dela, dela você terá informações acerca da forma de tratamento de dados pessoais, bem como de outras providências relacionadas à LGPD, realizadas no âmbito das atividades exercidas pela Jus Capital. Portanto, recomendamos que você leia atentamente esta Política.

1.2. A Jus Capital tem por escopo a prestação de serviços de gestão de carteiras de títulos e valores mobiliários, sendo reconhecida como pioneira na gestão de investimentos em direitos creditórios (i) resultantes de ações judiciais em curso; (ii) que constituam seu objeto de litígio ou tenham sido judicialmente penhorados ou dados em garantia ou, ainda, (iii) decorrentes de honorários advocatícios devidos em razão de ações judiciais (nesta Política, referidos como "Serviços").

1.3. Nosso propósito é atuar no mercado de forma justa, ética e transparente. Acreditamos que o uso responsável dos dados pessoais apoia o crescimento dos nossos negócios e cria relacionamentos seguros entre a Jus Capital, investidores, contrapartes e demais agentes envolvidos nas operações das carteiras sob gestão, bem como entre todos aqueles que possuem cargo, função, posição, relação societária, empregatícia, comercial, profissional, contratual ou de confiança com a Jus Capital ("Colaboradores"), ou quaisquer outros que venham a compartilhar seus Dados Pessoais (todos em conjunto "Titulares de Dados"). Portanto, é nosso compromisso respeitar e proteger a privacidade de todos os indivíduos com quem interagimos, sobretudo por meio de uma relação transparente com os Titulares de Dados, em consonância com as disposições da LGPD.

1.4. Esta Política de Privacidade explica em detalhes os tipos de dados pessoais que podemos coletar e para quais finalidades. Para fins desta Política, exceto quando expressamente mencionado de forma diversa, Jus Capital será a controladora dos dados pessoais que nos forem fornecidos.

2. DADOS PESSOAIS COLETADOS

2.1 O tipo de informação coletada dependerá das circunstâncias e do Serviço prestado. De um modo geral, coletaremos informações relacionadas à prestação de nossos Serviços, das seguintes maneiras:

2.1.1 Dados de contato: coletamos dados de contato, como nome, e-mail e demais informações contidas em eventual mensagem encaminhada para o nosso canal de Contato disponibilizado em nosso site. Também coletamos dados relacionados às trocas de e-mail com nossos Colaboradores realizadas por meio de nosso e-mail geral (contato@juscapital.com.br).

2.1.2 Dados contidos em processos judiciais ou arbitrais: coletamos informações sobre os dados contidos em processos judiciais e arbitrais para fins de avaliação dos riscos e estratégias do caso em questão, com o objetivo de viabilizar elaboração de proposta negocial responsável por parte da Jus Capital, a fim de que o Serviço seja prestado de forma justa, ética e transparente.

2.1.3 Dados relacionados às operações realizadas por fundos geridos pela Jus Capital: coletamos dados relativos às operações (i) de aquisição de direitos creditórios, (ii) garantidas por direitos creditórios ou (iii) de compra e venda de cotas realizadas por fundos geridos pela Jus Capital.

2.1.4 Dados adicionais: eventualmente, coletamos dados adicionais, na forma e nos limites de consentimento oportunamente concedido pelo Titular dos Dados, nos casos em que for necessário, de acordo com as disposições desta Política de Privacidade e no limite do que for permitido pela lei.

3. COMO USAMOS OS DADOS PESSOAIS

3.1. A Jus Capital pode coletar dados pessoais para os seguintes fins:

3.1.1. Fornecer as informações solicitadas e enviar conteúdo e informações relacionados aos Serviços prestados: como nos casos de direcionamento de conteúdos relacionados aos nossos Serviços, de modo a manter nossos investidores informados, bem como respostas a eventuais pedidos de informação ou esclarecimento que nos sejam encaminhados;

3.1.2. Analisar e/ou melhorar a estratégia de nossos Serviços: para fins de elaboração de propostas relacionadas à cessão de direitos creditórios, análise de risco e estratégia de aquisição de ativos judiciais, elaboração de relatórios relacionados aos investimentos, entre outros;

3.1.3. Para gestão adequada de fundos de investimentos, tendo como base o interesse na valorização dos investimentos e expansão de nossos Serviços;

3.1.4. Para análise de informações judiciais ou arbitrais: no processo de elaboração e análise de viabilidade e risco de investimentos;

3.1.5. Para cumprir com obrigações legais e regulatórias aplicáveis à atividade de gestão de carteiras de valores mobiliários: como, por exemplo, para atendimento das disposições introduzidas pela Instrução da Comissão de Valores Mobiliários - CVM n.º 617/19, que dispõe sobre a prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo;

3.1.6. Para viabilizar a contratação de provedores de serviços para auxílio em atividades relacionadas à prestação de nossos Serviços: como nos casos de terceirização de determinados serviços pela Jus Capital no âmbito das suas atividades reguladas (tais como contratação de serviços de computação em nuvem, serviços financeiros ou de gestão de portfólio), sendo certo que tais prestadores de serviço contratados deverão seguir estritamente a LGPD;

3.1.7. Compartilhar informações com órgãos reguladores e demais entidades públicas ou órgãos de fiscalização, nos limites da legislação aplicável;

3.1.8. Defesa da Jus Capital ou de fundos geridos pela Jus Capital, ou resposta a solicitações de autoridades judiciais, administrativas ou arbitrais (ex.: ordem judicial, mandado de busca ou intimação), se a Jus Capital entender, de boa-fé, que é necessário fazê-lo ou quando assim for exigido por lei ou por decisão judicial, administrativa ou arbitral ou para cumprimento das obrigações regulatórias aplicáveis, com destaque para as exigências contidas em instruções da Comissão de Valores Mobiliários – CVM;

3.1.9. Para garantia de segurança e autenticidade nas transações de ativos, quando o caso, a fim de auxiliar na verificação de transações e demais atividades decorrentes do uso de nossos Serviços, para investigação de atividades suspeitas ou violações contratuais ou a nossas políticas, bem como para monitoramento de possíveis fraudes na contratação de nossos Serviços;

3.1.10. Outros fins, na forma e nos limites do consentimento correspondente concedido pelo Titular de Dados, quando cabível, e nos limites da legislação aplicável.

3.2. Para conferir o máximo de transparência aos Titulares de Dados, detalhamos, em seguida, o fundamento legal para o tratamento de seus dados pessoais. Na maioria das vezes, o tratamento de suas informações pessoais é baseado em: a) nossos legítimos interesses, ao fornecermos nossos Serviços; b) para cumprimento de obrigação legal ou regulatória, nos limites da legislação aplicável; c) para garantir o cumprimento de obrigações contratuais, incluindo seus procedimentos preliminares; ou d) para proteção ao crédito. Adicionalmente, poderá ser necessário obter seu consentimento quando o tratamento dos dados pessoais não se enquadrar em hipótese legalmente prevista.

3.3. Na tabela abaixo, apresentamos mais informações relacionadas as finalidades para as quais usamos seus dados pessoais e as bases legais em que tais usos estão apoiados. Observe que podemos tratar seus dados pessoais por meio de mais de uma base legal, dependendo da finalidade específica para a qual estamos usando seus dados.

Objetivo/Atividade	Tipos de dados pessoais que podem ser tratados	Base legal para tratamento
Para responder as perguntas ou comentários que são enviados à Jus, bem como em trocas de mensagens com a Jus e seus Colaboradores.	(a) Nome (b) Endereço de e-mail (c) Empresa	É do nosso interesse legítimo responder às comunicações que nos são enviadas, prestando esclarecimentos em relação aos nossos Serviços e utilizando tais informações para melhorar nossos negócios.
Para obter informações relacionadas a potenciais operações, relevantes para a prestação adequada de nossos Serviços.	(a) Nome (b) Endereço de e-mail (c) dados cadastrais (d) dados públicos contidos em processos judiciais ou arbitrais, respeitada a finalidade de sua disponibilização.	É do nosso interesse legítimo mapear informações relacionadas às potenciais transações que analisamos, para atender às finalidades do investimento e aos interesses dos investidores. Nos casos de tratamento de dados públicos, nossas práticas respeitam a finalidade, a boa-fé e o interesse público que justificaram a sua disponibilização.
Para viabilizar a contratação de provedores de serviços ou para auxílio em atividades relacionadas à prestação de nossos Serviços.	(a) Nome (b) Endereço de e-mail (c) dados de uso técnico e demais dados armazenados pela empresa e, eventualmente, (d) dados financeiros.	É do nosso interesse legítimo compartilhar dados com terceiros confiáveis que nos fornecem serviços relevantes para auxílio nas atividades relacionadas à gestão de fundos de investimentos, observado, ainda, o disposto no item 2.1.14 acima.
Compartilhar informações com terceiros, como órgãos reguladores e demais entidades públicas ou órgãos de fiscalização.	dados exigidos em lei ou em regulamentação aplicável à nossa área de atividade.	Compartilhamos seus dados conforme necessário para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória a que estamos sujeitos, respeitando os limites da legislação aplicável.
Para cumprimento de nossas obrigações contratuais.	dados necessários para a celebração de contratos entre a Jus Capital (ou os veículos sob sua gestão) e Titulares de Dados	Podemos realizar atividades de tratamento de dados pessoais nos limites necessários para cumprimento de nossas obrigações contratuais

		celebradas com o Titular de Dados.
Para cumprir com obrigações legais e regulatórias, aplicáveis a gestores de carteiras de valores mobiliários.	dados exigidos em legislação ou em regulamentação aplicável à nossa atividade.	Podemos realizar atividades de tratamento de dados pessoais nos limites necessários para cumprimento de obrigações legais ou regulatórias.
Defesa da Jus Capital ou de fundos geridos pela Jus Capital em demandas judiciais, administrativas ou arbitrais, bem como relacionados a respostas de solicitação de autoridades.	dados considerados necessários para defesa da Jus Capital e fundos geridos	Podemos realizar atividades de tratamento de dados pessoais nos limites necessários para nosso exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral.
Proteção ao Crédito	dados de adimplemento, inadimplemento, histórico de pagamentos, entre outros.	Podemos realizar o tratamento dos dados estritamente necessários para fins de proteção ao crédito, no limite da legislação pertinente (Código de Defesa do Consumidor, Lei do Cadastro Positivo, Lei de Sigilo das Instituições Financeiras etc.)

4. POR QUANTO TEMPO MANTEMOS OS DADOS PESSOAIS

4.1. Ao tratar os seus dados, a Jus Capital se esforçará para armazená-los e mantê-los protegidos, em ambientes seguros e controlados, respeitando a legislação vigente. Por essa razão, seus dados pessoais serão armazenados com o emprego de altos níveis de segurança, contando, inclusive, com práticas de controle de acesso.

4.4.1 No oferecimento dos seus Serviços, a Jus Capital busca firmar parcerias e relacionar-se sempre com empresas que empregam alto nível de segurança no armazenamento das informações, estabelecendo contratos que não violem os termos desta Política de Privacidade ou da LGPD.

4.4.2 Manteremos seus dados pessoais pelo tempo que for necessário para execução de nossos Serviços, de acordo com nossas obrigações legais e contratuais. Após esse período, seus dados pessoais serão excluídos com segurança ou anonimizados, para que possam ser utilizados para fins analíticos, exceto se houver obrigação legal ou regulatória de mantê-los em guarda por mais tempo. Você pode solicitar mais informações através dos contatos fornecidos nesta Política de Privacidade.

5. COMO PROTEGEMOS SEUS DADOS PESSOAIS

5.1. A Jus Capital se compromete a implementar, de maneira contínua, medidas físicas, técnicas e administrativas de segurança da informação no tratamento dos seus dados pessoais, em conformidade com as melhores práticas do mercado. Busca-se, assim, proteger os seus dados contra acessos não autorizados, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

5.1.1. Nesse sentido, a Jus Capital permite que os seus dados pessoais sejam acessados pelos seus funcionários e outros terceiros apenas no limite do necessário para executarem suas atividades, de acordo com instruções expressas e mediante obrigação contratual de sigilo e confidencialidade dos dados pessoais tratados.

5.1.2. Em nossas parcerias com demais empresas ou prestadores de serviços, buscamos sempre garantir que o mesmo nível de proteção aos dados pessoais seja implementado e executado.

5.1.3. Adicionalmente, também cumprimos com os padrões de segurança estabelecidos pela regulação e autorregulação do setor, conforme especificamente disposto no Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Administração de Recursos de Terceiros, bem como nos demais Códigos da ANBIMA aplicáveis às atividades desempenhadas pela Jus Capital, e em instruções emitidas pela CVM, incluindo, mas não se limitando a Resolução CVM nº 21/21.

6. COMO COMPARTILHAMOS E DIVULGAMOS SUAS INFORMAÇÕES

Informações compartilhadas com nossos provedores de serviços: podemos contratar terceiros para prestar determinados serviços, tais como escritórios de advocacia, escritórios de contabilidade, consultorias especializadas em compliance, ou serviços de "tecnologia de informação", entre outras. Apenas divulgaremos as informações necessárias para permitir que esses terceiros executem seus serviços. Nossos prestadores de serviços são contratados para cumprir nossas instruções bem como melhorar os serviços que prestamos ou a execução de obrigações ou atividades internas relacionadas aos Colaboradores. Os contratos firmados com os terceiros contratados contêm cláusulas de confidencialidade, bem como é exigido que eles não usem dados pessoais para fins diversos à finalidade da respectiva contratação.

6.1. *Informações compartilhadas com outras partes:* quando exigido ou permitido por lei, os dados pessoais podem ser fornecidos a órgãos reguladores e entidades públicas, em resposta a uma ordem judicial ou intimação, em resposta a uma solicitação de autoridades policiais ou se necessário investigar,

impedir ou tomar medidas relacionadas a atividades ilegais, de acordo com as exigências e limites da legislação aplicável.

6.2. Nós não vendemos ou alugamos os seus dados pessoais a terceiros.

7. TRANSFERÊNCIAS INTERNACIONAIS

7.1. Apenas transferiremos seus dados pessoais para o exterior nos casos em que houver leis de proteção de dados equivalentes ao da lei brasileira e proteção, em níveis adequados, da integridade e da segurança de qualquer informação processada e em conformidade com as leis de privacidade e proteção de dados aplicáveis.

7.2. Além disso, a transferência internacional de dados também poderá ocorrer quando o controlador oferecer e comprovar garantias de cumprimento dos princípios, dos direitos do Titular e do regime de proteção de dados previstos na LGPD, na forma de: a) cláusulas contratuais específicas para determinada transferência; b) cláusulas-padrão contratuais; c) normas corporativas globais; d) selos, certificados e códigos de conduta regularmente emitidos ou quando o Titular tiver fornecido o seu consentimento específico e em destaque para a transferência, com informação prévia sobre o caráter internacional da operação, distinguindo claramente esta de outras finalidades. Dessa forma, a Jus Capital tem o dever de assegurar o cumprimento desses princípios por meio de cláusulas contratuais, certificados e outras comprovações reconhecidas.

7.2.1. Também podemos armazenar seus dados pessoais em servidores localizados fora do território nacional, incluindo, mas não se restringindo, a servidores de computação em nuvem que seguem padrões internacionais aceitos para segurança de dados pessoais.

7.2.2. Nos casos mencionados acima, a Jus Capital se compromete a respeitar a legislação aplicável para assegurar a proteção dos seus dados pessoais, através de práticas como a celebração de acordos contratuais apropriados.

8. SEUS DIREITOS ENQUANTO TITULAR DE DADOS PESSOAIS

8.1. A Jus Capital adotará medidas técnicas e organizacionais apropriadas para cumprir as suas obrigações em relação aos seus direitos enquanto Titular de Dados pessoais. Nesse sentido, nos comprometemos a respeitar e a garantir, da melhor forma possível, o exercício de seus direitos previstos em lei, quais sejam:

8.1.1. Confirmação: direito de ser informado sobre a existência de tratamento de dados pessoais por parte da Jus Capital.

8.1.2. Acesso: direito de solicitar o acesso aos dados pessoais tratados pela Jus Capital.

8.1.3. Correção: direito de solicitar a alteração dos dados pessoais tratados pela Jus Capital quando estiverem incompletos, inexatos ou desatualizados.

8.1.4. Restrição: direito de se opor ou solicitar a anonimização, o bloqueio ou a eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados pela Jus Capital em desconformidade com a legislação de proteção de dados pessoais.

8.1.5. Portabilidade: direito de solicitar a transmissão dos dados tratados pela Jus Capital para outro fornecedor de serviços.

8.1.6. Bloqueio ou Eliminação: direito de solicitar o bloqueio ou a eliminação de dados pessoais tratados pela Jus Capital com base no seu consentimento.

8.1.7. Informação: direito de ser informado sobre as entidades públicas e privadas com as quais seus dados foram compartilhados, sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências desta negativa.

8.1.8. Revogação do consentimento: direito de revogar o consentimento, quando o tratamento depender do seu consentimento, a qualquer momento, através de manifestação expressa, por procedimento gratuito e facilitado. A revogação do seu consentimento não afeta a legalidade de tratamentos realizados até o momento da revogação.

8.1.9. Revisão de decisões automatizadas: possibilidade de revisão de decisões tomadas pela Jus Capital unicamente com base em tratamento automatizado de dados pessoais que afetem os interesses de titulares de dados tratados pela Jus Capital.

8.1.10. Anonimização: é a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais determinado dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, ao Titular.

8.2. Para o exercício dos direitos acima, podemos solicitar que você forneça informações a partir das quais possamos ter garantias quanto à sua identidade, de forma a garantir segurança adequada no atendimento dos pedidos de titulares de dados pessoais.

8.3. Caso você tenha interesse em exercer algum dos direitos elencados acima, você pode entrar em contato com a Jus Capital por meio das informações de contato indicadas nessa Política.

9. NOSSA RESPONSABILIDADE POR LINKS DE SITES TERCEIROS

9.1. Esta Política de Privacidade é limitada aos dados pessoais coletados pela Jus Capital. Ao seguir links externos, você deverá atentar-se aos avisos de privacidade aplicáveis à referidos sites, pois suas práticas de tratamento de dados estão fora do escopo da presente Política de Privacidade. Além disso, a Jus Capital não possui controle sobre as informações coletadas por qualquer site de terceiros e não poderá ser responsabilizada pela devida proteção e privacidade de qualquer informação que seja fornecida a quaisquer terceiros.

10. RELATÓRIO DE IMPACTO À PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (RIPD)

10.1. O Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais ("Relatório" ou "RIPD") é o documento elaborado pelo Controlador que contém a descrição dos processos de tratamento de dados pessoais que podem gerar riscos às liberdades civis e aos direitos fundamentais, bem como medidas, salvaguardas e mecanismos de mitigação de risco. Ademais, referido Relatório será também obrigatório no caso de Tratamento envolvendo Dados Pessoais Sensíveis, conforme descrito no artigo 11 da LDPG, e, ainda, poderá ter sua elaboração requisitada pela ANPD no caso de Tratamento de Dados Pessoais que tiver como base o Interesse Legítimo do Controlador.

10.2. Tendo em vista as atividades exercidas pela Jus Capital e os Dados Pessoais objeto de coleta e Tratamento, a Jus Capital, em princípio, não está obrigada a elaborar o RIPD.

11. ATUALIZAÇÕES

10.1. Esta Política de Privacidade pode ser atualizada periodicamente para refletir alterações na lei, melhores práticas ou mudança nos procedimentos internos da Jus Capital em relação ao tratamento de dados pessoais, sendo certo que, nestas hipóteses, a nova versão da Política entrará em vigor imediatamente.

10.1.1. Qualquer modificação nesta Política que acarrete impacto no consentimento previamente fornecido ou implique em ônus financeiro para você será comunicada pela Jus Capital com antecedência.

11. COMO ENTRAR EM CONTATO CONOSCO

11.1. Se você tiver alguma dúvida sobre o disposto nesta Política de Privacidade, sobre as práticas de tratamento de dados ou se desejar exercer algum dos direitos mencionados acima, entre em contato com nosso Encarregado de Proteção de Dados nos dados abaixo dispostos:

Marcelo Augusto Carmo de Vasconcellos
Endereço: Rua Amauri, n º 255, 8º andar, sala 03, Jd. Europa, São Paulo, SP
Telefone: (11) 2050-9360
E-mail: marcelo.vasconcellos@juscapital.com.br